

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 8 | edição nº 1 | 2019

*Sistema-mundo e movimentos
antissistêmicos: uma análise crítica
da Venezuela pós-Chávez*

Charles Pennaforte,
Fabiana Oliveira

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

SISTEMA-MUNDO E MOVIMENTOS ANTISSISTÊMICOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA VENEZUELA PÓS-CHÁVEZ

Charles Pennaforte¹

Fabiana Oliveira²

Resumo: O trabalho tem como objetivo fazer uma análise da realidade venezuelana sob o governo de Nicolás Maduro e sua capacidade de sobrevivência política frente aos inúmeros problemas que a Venezuela atualmente enfrenta, a saber: caos econômico, político e social. Após o período de atuação antissistêmica sob o governo Chávez, em meio a um contexto regional favorável, com governos ideologicamente próximos em diversos países da América Latina e, ao mesmo tempo, com um *boom petrolero* que permitiu o aumento da receita venezuelana, o país se defronta com um cenário totalmente adverso. No entanto, apesar de toda essa situação, o governo Maduro vem conseguindo manter o controle do país a despeito da grave crise econômica, de sua guinada autoritária e de uma oposição que, cada vez mais, parece apostar em saídas insurrecionais com o fim de aprofundar o isolamento do país. Convertido em uma questão regional, o conflito observado na Venezuela reflete a divisão que atualmente fratura toda a América Latina.

Palavras-Chave: Venezuela; Movimentos antissistêmicos; Sistema-Mundo; Crise política.

WORLD-SYSTEMS THEORY AND THE ANTISYSTEMIC MOVEMENTS: A CRITICAL ANALYSIS OF POST-CHÁVEZ VENEZUELA

Abstract: This work's objective is to make an analysis of the Venezuelan reality under Nicolás Maduro's administration and his capacity of political survival in defiance of numerous problems currently faced by Venezuela, namely: the economic, political and social chaos. After the period of antisystemic performance under Chávez's administration, in a favorable regional context, with ideologically close governments in several Latin American countries and, at the same time, with the petroleum boom that allowed Venezuelan income to increase, the country

¹ Doutor em Relações Internacionais pela Universidad Nacional de La Plata (Argentina). Pós-doutor em Integração Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP). Coordenador do Grupo de Pesquisa CNPq Geopolítica e Mercosul e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

² Mestre e doutoranda em Integração Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP) com estágio doutoral no Centre de Recherche sur le Brésil Colonial et Contemporain da École des Hautes Études en Sciences Sociales (CRBC/EHESS), França. Professora do curso de Relações Internacionais da Universidade Paulista (UNIP).

confronts a totally adverse scenario. However, despite this situation, Maduro's administration has been able to maintain control of the country over the severe economic crisis, its authoritarian's turn and the opposition, that increasingly seems to bet on insurrectional exits in order to deepen the country's isolation. Converted into a regional issue, the conflict observed in Venezuela reflects the division that currently fractures the whole Latin America.

Key-words: Venezuela; Antisystemic movements; World-System Theory; Political crisis.

Não há dialética sem oposição e sem liberdade; não por muito tempo oposição e liberdade em uma revolução. A degeneração de todas as revoluções conhecidas não é fruto do acaso: como regime instituído nunca podem ser o que foram como movimento que, justamente, por ter sido um sucesso, chegou à instituição; o movimento histórico já não é mais ele mesmo, fazendo-se, 'traí-se' e desfigura-se'. As revoluções são verdadeiras como movimentos e falsas como regimes. (M. Merleau-Ponty, 1955)³

Quando o presidente Chávez procura, como linha estratégica, a fusão Forças Armadas/povo é por que essa fusão é a verdadeira coluna vertebral, a fortaleza que sustenta o nosso projeto político. (Castro Soteldo, 2004)⁴

I. Introdução

Na esteira de uma valorização acentuada do preço do barril do petróleo no campo econômico na primeira década dos anos 2000 e, de outro lado, de um ambiente político favorável, com governos situados no espectro “progressista” na América do Sul e Central, bem como da falência do tradicional modelo político do país, a Venezuela chavista conseguiu um grande destaque geopolítico na região e até mesmo internacionalmente.

A morte de Hugo Chávez, em 2013, e a queda do preço do barril de petróleo, por ocasião da desaceleração econômica internacional desde 2009, apontavam para o enfraquecimento do modelo social chavista via redistribuição da renda do petróleo. Ao mesmo tempo, a ineficácia do “modelo bolivariano” em resolver problemas estruturais do país como, por exemplo, a baixa industrialização e a continuidade de uma corrupção que se tornou endêmica aceleraram a crise econômica. De fato, explicar o atual colapso não é uma tarefa simples. Contudo, uma possível explicação para a atual “bancarota” da economia venezuelana seria seu isolamento financeiro, a crise externa, a crise produtiva e a crise fiscal que assolam o país (VERA, 2018).

De outro lado, Nicolás Maduro não apresenta nem de longe o carisma do ex-líder, o que, somado ao recrudescimento da polarização interna e das sanções internacionais, o levaram a caminhar na direção autoritária para manter o controle do país em meio à atuação de uma oposição virulenta que conta com apoio político externo.

No âmbito regional, a eleição de Mauricio Macri (Argentina) em 2015 e a destituição de Dilma Rousseff por meio do golpe político, em 2016, alteraram o quadro político da América do Sul. Os dois países passaram a somar-se às forças que buscavam o enfraquecimento do governo de Maduro por meio de atuação diplomática, fato que culminou na suspensão da Venezuela do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em agosto de 2017, por meio da

³As *Aventuras da Dialética*, 1955, p. 24.

⁴ Tenente-coronel e ministro do Turismo da Venezuela, março de 2004.

ativação do Protocolo de Ushuaia, conhecido como cláusula de “ruptura da ordem democrática”.

O objetivo deste trabalho é analisar o atual cenário político venezuelano sob a liderança de Nicolás Maduro frente à capacidade do chavismo de resistir à atual conjuntura político-regional e ao colapso econômico em que se encontra imerso. Busca-se, também, fugir do senso comum das análises sobre a Venezuela que se baseiam quase que exclusivamente na dicotomia democracia *versus* ditadura, quando, na realidade, outros pontos devem ser levados em consideração, tais como atuação antissistêmica do chavismo, recursos naturais, presença sino-russa mais acentuada etc.

Para alcançar tal objetivo, nossa análise sobre a Venezuela esta baseada em uma perspectiva antissistêmica, nos marcos teóricos elaborados por Immanuel Wallerstein (Análise dos Sistemas-Mundo) e Giovanni Arrighi (Ciclos Sistêmicos de Acumulação). A realidade capitalista deve ser avaliada sob a ótica da economia-mundo⁵ como compreensão da atual dinâmica mundial, englobando o atual ciclo sistêmico de acumulação.

Outro aspecto importante para a nossa análise é a crise de hegemonia dos EUA, pois há uma articulação entre essa crise e a ascensão de novos grupos anti-hegemônicos/antissistêmicos na América Latina (e em escala global no nível interestatal com a Rússia e a China, por exemplo) que expliquem a direção tomada pela Venezuela no enfrentamento ideológico e político contra Washington desde a ascensão do chavismo.

Na Análise dos Sistemas-Mundo, a definição da hegemonia estaria acoplada aos Ciclos Sistêmicos de Acumulação ⁶propostos por Giovanni Arrighi. Sendo assim, o Capitalismo é compreendido como um moderno sistema social, uma economia-mundo, que possui inúmeros centros políticos (Estados) que disputam a hegemonia do sistema. De modo que a crise de hegemonia dos EUA representaria a transição para um novo ciclo sistêmico de acumulação, e sua contribuição ocorre na análise da hegemonia sob inspiração gramsciana e nos ciclos de acumulação capitalista⁷.

⁵Wallerstein assinala que o nosso atual Sistema-Mundo foi originado pela crise do sistema feudal e a ascensão da Europa Ocidental à supremacia entre 1450 e 1670. O teórico apontava, ainda, a existência de dois tipos de sistemas-mundo: os impérios mundiais e as economias-mundos. A diferenciação entre os dois tipos de sistemas-mundo ocorreria pelo fato que os Impérios mundiais seriam uma grande estrutura burocrática com centralização política e uma divisão de trabalho central, coexistindo culturas múltiplas.

A economia-mundo, ao contrário, se caracterizaria por uma grande divisão central do trabalho, inúmeros centros políticos mantendo a coexistência de múltiplas culturas.

⁶Após o ciclo genovês vieram, subsequentemente, o ciclo holandês, o ciclo britânico e o ciclo estadunidense, que é o que nos interessa na elaboração deste trabalho, pois seria a expansão do moderno sistema mundial que ocorreu durante quase todo o século XX e entraria em crise na década de 1970.

⁷Arrighi era adepto, tal como Wallerstein, dos Ciclos de Kondratieff, elaboração teórica do economista russo Nikolai Kondratieff na década de 1920. A tese do economista para o capitalismo era que o seu desenvolvimento era baseado em ciclos. Sob inspiração dos Ciclos de Kondratieff, o sistema capitalista para Arrighi teria passado por quatro ciclos sistêmicos de

Estaríamos, portanto, vivendo a crise do ciclo sistêmico de acumulação, fato que favoreceria o surgimento de novas perspectivas antissistêmicas para a superação da atual fase. Sobre tais perspectivas de transformação do atual ciclo de acumulação, Wallerstein assinala:

Estamos passando por uma transição em nosso atual sistema mundial, a economia mundial capitalista, estará se transformando em outro sistema – ou em outros sistemas – mundiais. Não sabemos se essa mudança será para melhor ou para pior. E não saberemos até que cheguemos lá, um processo que pode demorar ainda uns cinquenta anos a partir do momento em que estamos. Sabemos, no entanto, que o período de transição será um período difícil para todos os que vivenciarem. (WALLERSTEIN, 2003, p. 49)

Sendo assim, nosso artigo estará dividido em três partes. Na primeira, faremos uma recapitulação histórica do surgimento dos movimentos antissistêmicos e sua relação com a crise de hegemonia dos EUA e o surgimento da posição antissistêmica da Venezuela. Na segunda parte, analisaremos como a Venezuela vem atuando (ou tentando atuar) na posição antissistêmica em meio às conjunturas econômicas, políticas e geopolíticas desfavoráveis. Na última parte, será analisada a questão da resistência/resiliência do governo Maduro frente aos inúmeros obstáculos enfrentados pelo país na atualidade, ou seja, a resiliência do governo Maduro frente ao desgaste econômico e político de sua administração.

II. Resumo histórico: os movimentos antissistêmicos

Entre 2008 e 2013, nos dedicamos a estudar a atuação da Venezuela como um ator geopolítico importante na arena regional a partir de uma perspectiva antissistêmica e baseada na Análise dos Sistemas-Mundo (PENNAFORTE, 2013). Defendíamos o papel “piemontês” gramsciano de Hugo Chávez na condução de um novo bloco histórico (popular) ao poder em meio à crise do puntofijismo até então vigente.

A ideia de “movimento antissistêmico” foi criada por I. Wallerstein na década de 1970 como forma de explicar a divisão histórica de dois tipos de movimentos ocorridos na segunda metade do século XIX e que apresentavam rivalidade: os “movimentos sociais” e os

acumulação e expansão: genovês, holandês, britânico e norte-americano. Os ciclos sistêmicos de acumulação de capital constituem uma cadeia de estágios parcialmente superpostos, por meio dos quais a economia capitalista europeia transformou a economia mundial em um intenso sistema de trocas.

A superposição desses ciclos ocorre na passagem de um para o outro, ou seja, enquanto um ciclo está se aproximando do seu término, ao mesmo tempo, outro ciclo sistêmico de acumulação começa a se formar. Esta fase de superposição ocorre durante a chamada turbulência financeira do ciclo que está chegando ao fim.

Desse modo, as grandes expansões materiais e financeiras ocorreriam quando um bloco dominante tivesse acúmulo suficiente para dominar o sistema mundial que, ao chegar ao seu término, provocaria a mudança de poder hegemônico. Quando isso ocorre, um novo ciclo sistêmico de acumulação tem início. Arrighi corrobora que a contribuição mais importante e perene para o desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial encontra-se no âmbito das altas finanças, durante o Renascimento italiano do final do século XIV e início do século XV, que é o período do seu surgimento.

“movimentos nacionais” (WALLERSTEIN, 2004, p.266). Os partidos socialistas e os sindicatos comporiam os movimentos sociais na perspectiva de acirramento das lutas de classes. Do outro lado, os movimentos nacionais tinham como preocupação a construção de Estados-nacionais em um primeiro momento, como, por exemplo, a construção do Estado italiano no século XIX. Com o processo de descolonização na segunda metade do século XX, na África e Ásia, a perspectiva tornou-se a superação do estágio colonial frente às Metrôpoles.

Contudo, o aumento das contradições sistêmicas, com o surgimento de novos atores pós-coloniais, o aumento do questionamento das políticas públicas para a diminuição da pobreza nos países centrais e em subdesenvolvimento, o desencanto com o socialismo real por meio de sua burocratização ocasionaram o colapso dos movimentos sociais e nacionais nos anos 1960 (ARRIGHI, 1989).

O conhecido “Maio de 68”, que sacudiu o planeta a partir das universidades francesas, questionando a ordem vigente, deu início a um movimento que se espalhou pelo mundo. A então “bipolaridade”, que era o modelo de explicação ideológica para a realidade internacional, também foi questionada. Wallerstein denominou este movimento como a “revolução mundial de 1968”. Para ele, o ano seria o marco para o surgimento de um novo tipo de movimento antissistêmico (WALLERSTEIN, 2004, p.271). O período “clássico” chegava ao fim, dando lugar a quatro tentativas de movimentos antissistêmicos: os “maoísmos” (1960-1970), os “novos” movimentos (verdes, ambientalistas, minorias étnicas e raciais), os movimentos dedicados aos direitos humanos e os movimentos antiglobalização (1990).

As contradições vividas pelo sistema-mundo capitalista desde o final do século XX estariam inseridas no período de “bifurcação e caos” (WALLERSTEIN, 2004, p.276) verificado na atualidade, na esteira da crise sistêmica cada vez mais acentuada.

A desintegração da geocultura⁸ estadunidense desde os governos de George W. Bush (2001-2009) acentuou o papel beligerante da política externa e a imagem internacional do país. A prioridade dada ao Oriente Médio por Washington e a falência do neoliberalismo na década anterior possibilitaram à América Latina dar a sua guinada à esquerda⁹ e obter um relativo sucesso no campo econômico por meio do *boom petrolero* (2004-2008) e da alta demanda chinesa pelas *commodities* (2005-2011) latino-americanas, fato que diminuiu consideravelmente a influência dos EUA na região.

⁸ “Ce terme, créé par analogie avec celui de géopolitique, désigne des normes et des pratiques discursives largement reconnues comme légitimes au sein d’un système-monde”. Wallerstein, I. Comprendre le monde - Introduction à l’analyse des systèmes-monde, Paris, La Découverte, p. 150, 2004.

⁹ Sobre o chamado “giro à esquerda” de vários países latino-americanos no início do século XXI e seu debate acadêmico, ver Soledad Stoessel (2014).

A eleição de Barack Obama (2009-2017) tentou recompor a imagem do país, mas a chegada de Donald Trump (2017) provocou mais estragos na já arranhada imagem internacional dos EUA (especialmente em razão da violação dos direitos humanos, como no caso dos centros de tortura instalados na prisão iraquiana de Abu Ghraib e na base americana em Guantánamo, no ataque unilateral ao Iraque em 2003 e, agora, na postura, por vezes racista e xenófoba, de Donald Trump). Na América Latina, por sua vez, a luta pela superação do neoliberalismo e da pobreza por parte dos governos progressistas desde o início do século XXI demonstrou uma perspectiva antissistêmica em maior ou menor grau. Como evidenciaremos a seguir, a Venezuela conseguiu aprofundar um pouco mais tal perspectiva após a chegada de Hugo Chávez ao poder.

III. A atuação antissistêmica venezuelana frente à conjuntura desfavorável

O projeto bolivariano já estava em declínio antes da morte de Hugo Chávez em 2013, tanto pelo desgaste produzido por sua longevidade no poder e as contradições do chavismo como pelo cenário econômico externo desfavorável. A saber: a queda do preço do barril do petróleo e a corrupção, bem como o fracasso bolivariano na condução da economia, por exemplo. De fato, em razão da crise estadunidense dos *subprime* de 2008 e do aumento da oferta de petróleo a partir de 2011, o preço do barril caiu de US\$130,00 em 2008 para US\$30,00 em 2016¹⁰. Em novembro de 2019, o preço do petróleo atingira US\$50,42, ainda muito abaixo dos preços observados no período anterior à crise.¹¹

A gravidade da crise venezuelana tem levado alguns especialistas (ANDREANI, 2018; LOPEZ, 2018; SUTHERLAND, 2018; VERA, 2018) a fornecerem importantes análises sobre o atual cenário do país, que fogem do maniqueísmo ideológico tanto à direita como à esquerda. Entre eles, apontaríamos dois trabalhos que clarificam a situação venezuelana pelo viés econômico: Manuel Sutherland (2018) classifica o bolivarianismo como uma variante do antigo rentismo petrolífero de Carlos André Pérez, que governou o país entre 1974 e 1979. Ao mesmo tempo, assinala que a economia venezuelana fez uma massiva transferência de renda para o capital importador e para a casta burocrático-militar (a chamada *boliburguesia*) por meio de importações fraudulentas para captar divisas a preços preferenciais.

¹⁰ Nexo. *Um histórico visual da queda do preço do petróleo*. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/01/18/Um-hist%C3%B3rico-visual-da-queda-do-pre%C3%A7o-do-petr%C3%B3leo>. Acesso em 10 de março de 2019.

¹¹ G1. *Preços do petróleo desabam 8% para o menor nível em mais de 1 ano*. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/11/23/precos-do-petroleo-caem-para-minima-em-2018-apesar-de-planos-da-opec-por-cortes-de-producao.ghtml>. Acesso em 10 de março de 2019.

Fabrice Andreani (2018, p.57), por sua vez, analisa o autoritarismo bolivariano e a transformação do Socialismo do Século XXI como sendo o “melhor negócio do mundo” para o regime madurista graças, segundo ele, ao tráfico de divisas vendidas pelo Estado a taxas preferenciais mediante importações subfaturadas ou “fantasmas” de bens de consumo e intermediários, além de matérias-primas (LANDER, 2016).

Ainda que Chávez tenha vencido sua terceira eleição em 2012, quando contou com 54,84% dos votos contra 44,55% obtidos pelo opositor Henrique Capriles, em sufrágio cuja participação foi superior a 80% do eleitorado¹², o resultado estava longe dos 62,84% obtidos pelo chavismo em 2006 ou mesmo dos 59,76% alcançados em 2000, ocasião em que o candidato opositor Francisco Arias Cárdenas somara apenas 37,52% dos votos válidos.

À estreita vitória de Nicolás Maduro nas eleições presidenciais de 2013, quando o candidato chavista venceu com 50,66% dos votos frente aos 49,07% dos votos obtidos por Capriles— que pediu a recontagem total dos votos —, se somaria o resultado das eleições municipais do mesmo ano. A vitória do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) e seus aliados não impediu que a opositora Mesa de la Unidad Democrática (MUD) obtivesse 76 dos 337 municípios em disputa, incluindo vários dos mais importantes do país, um aumento de 33,9% em comparação com os resultados do quadriênio anterior¹³. O cenário para o chavismo¹⁴ não é nada alentador no longo prazo, especialmente devido aos ataques da oposição, com apoio externo, e da grave crise social que o país vive.

Durante o que foi chamado de “onda vermelha” (RANDIG, 2008), em decorrência das eleições de governos progressistas (Argentina, Brasil, Uruguai, Equador, Bolívia etc.), a Venezuela contou com importante suporte político-ideológico de seus vizinhos. Com tal apoio, foi possível ao país manter o isolamento da oposição venezuelana, que só encontrava suporte em Washington e entre alguns setores da região, incluindo os meios de comunicação tradicionais¹⁵, partidos conservadores ou de centro-direita¹⁶ e, inclusive, alguns partidos da

¹² El Mundo. *Hugo Chávez, reelegido presidente de Venezuela con el 54,42% de los votos*. Disponível em: <http://www.elmundo.es/america/2012/10/08/venezuela/1349662893.html>. Acesso em 26 de abril de 2018.

¹³ CNE. *Divulgación municipales 2013*. Disponível em: http://www.cne.gob.ve/resultado_municipal_2013/r/1/reg_000000.html. Acesso em 26 de abril de 2018.

¹⁴ Para uma análise mais detalhada do Chavismo e do processo que se convencionou chamar de Revolução Bolivariana, ver Briceño Monzón (2013), Martínez (2013), López (2018), Lopez Maya (2016), Benigno Alarcon (2014), Briceño Ruiz (2018), Villa (2005), Barros (2007).

¹⁵ O ESTADO DE SÃO PAULO. *O naufrágio da Venezuela*. Editorial. Disponível em: <https://opinio.estado.com.br/noticias/geral/o-naufragio-da-venezuela,70002300627>. Acesso em 10 de março de 2019.

¹⁶ PSDB. *Pressão internacional é fundamental para queda de Maduro na Venezuela*. Disponível em: <http://www.psdb.org.br/acompanhe/noticias/pressao-internacional-e-fundamental-para-queda-de-maduro-na-venezuela/>. Acesso em 10 de março de 2019.

esquerda latino-americana¹⁷. Vale lembrar que a própria oposição colaborou com o seu enfraquecimento por erros estratégicos como, por exemplo, a não participação nas eleições legislativas de 2005, o que permitiu ao chavismo obter o controle do Parlamento. A alegação da oposição venezuelana de “falta de garantias democráticas” para participar do pleito não encontrou eco nos organismos internacionais e representou um dos erros estratégicos mais importantes cometidos por ela.

Controlando politicamente o parlamento, Chávez desenvolveu o seu projeto bolivariano, assumindo um discurso antiamericano e anti-imperialista no Palácio Miraflores. No âmbito internacional, a diplomacia petroleira conquistou aliados, especialmente na região do Caribe, e aumentou o *soft power* do país, tornando a Venezuela uma estrela internacional (PENNAFORTE, 2013, p.137-148).

Durante o período em que comandou a Venezuela, Hugo Chávez se aproximou de países que estavam no espectro geopolítico oposto ao de Washington como forma de demarcar a sua oposição ao centro sistêmico geopolítico capitalista, principalmente no aspecto político-ideológico. Exemplo disso foi a criação, em 2004, da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), que consistia em um arranjo que promovia a integração e a cooperação com ênfase na dimensão social, especialmente na luta contra a pobreza e a exclusão social. A aliança, cujas origens se encontram no projeto de Socialismo do Século XXI chavista, se apresentava como uma alternativa às propostas de integração promovidas pelos Estados Unidos, como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e inovava não apenas por submeter a economia à política, mas também por reconduzir Cuba aos foros políticos da região.

À medida que processos eleitorais conduziam outras lideranças progressistas ao poder na América Latina, a ALBA-TCP expandiu-se e passou a integrar também países como Bolívia (2006), Cuba (2004), Nicarágua (2007), Honduras (2006-2010), Equador (2009), Antígua e Barbuda (2009), Dominica (2008) e São Vicente e Granadinas (2009). Segundo De la Rosa (2012), três eram os elementos que orientavam essa aliança: i) um projeto pan-nacionalista de confederação política; ii) um projeto estatista de desenvolvimento a partir do modelo de industrialização por substituição de importações e iii) um internacionalismo altermundista, cujo objetivo era a construção de um mundo multipolar. Assim, “[...] las palabras ‘Alternativa’ y ‘ALBA’ introducen la idea de un proyecto de alteridad, de visión política y económica

¹⁷PSTU. *Venezuela: os (des) caminhos da esquerda*. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/venezuela-os-des-caminhos-da-esquerda/>. Acesso em 10 de março de 2019.

‘alternativa’ – también se podría llamar heterodoxa – que nació al mismo tiempo que el movimiento antiglobalización, como una rama de su mismo tronco (p.135)”.

Baseada na forte atuação petroleira da Venezuela, a ALBA-TCP sofreu o impacto negativo da queda do preço do petróleo e posterior *débâcle* econômico do país. A saída de cena de seus principais impulsionadores, Hugo Chávez e Fidel Castro, também debilitou a organização sob o ponto de vista político. Com Maduro, a ALBA não apresenta a mesma força anterior.

Como atuar de maneira antissistêmica? Como diminuir a dependência dos centros econômicos centrais? Isso é possível?

Tal capacidade de “autonomia” frente às forças hegemônicas no capitalismo não é uma tarefa fácil. Ela depende de inúmeros fatores que podem estar conjugados ou não. Poderíamos apontar alguns: a capacidade de produzir alta tecnologia, industrialização, recursos naturais abundantes e qualificados, capacidade militar e *soft power*.

A Venezuela tem o petróleo como principal recurso de elevado impacto internacional para garantir a sua possível autonomia no cenário regional ou mundial. Logicamente, isso, por si só, nunca permitiria uma atuação autônoma. Esse quadro não foi sequer atenuado durante o período em que Chávez esteve à frente do controle do país, uma vez que os esforços dirigidos desde a década de 1930 no sentido de promover a industrialização de um país que conta com uma das maiores reservas de petróleo do mundo fracassaram, em maior ou menor medida, condenando o país a uma situação de grande vulnerabilidade (LANDER, 2016).

A dependência da renda do petróleo, a incipiente industrialização e a importação de praticamente tudo o que se consome na Venezuela nunca propiciaram ao país a independência frente aos centros sistêmicos econômicos internacionais. De fato, desde 1979, a Venezuela vem apresentando claros sinais de volatilidade de seu crescimento econômico em razão da oscilação dos preços internacionais do petróleo. Segundo Lira (2016), depois de um período de aumento das divisas no país em razão da apreciação desta *commodity* provocado pelos choques do petróleo, o início dos anos 1980 esteve marcado por indicadores negativos dos principais setores que compunham o PIB venezuelano, especialmente os de transporte e armazenamento, comércio e construção. Desta maneira, em 1980, quando o barril do petróleo era cotado em US\$ 29,70, o PIB do país se reduzira em 2%, o primeiro ano de recessão do país em décadas. Em 1983, o preço caíra para US\$ 25,30 e a renda das exportações havia se reduzido ainda mais. Em 1986, o preço do barril de petróleo atingia US\$ 12,90 e ao longo de toda a década de 1990 se manteve em torno de US\$ 15,00. Com a queda dos preços do petróleo, o país passou a adotar uma série de ajustes fiscais que, ainda que produzissem o crescimento da economia em alguns

períodos – como entre 1990 e 1993 -, esse não era capaz de amenizar os problemas vinculados à pobreza, à inflação e ao desemprego que assolavam o país (idem).

Com o início do governo Chávez, em 1999, o desempenho econômico ainda se mostrava volátil, mas acompanhando a recuperação dos preços do petróleo a partir desse ano (LIRA, 2016). No entanto, a facilidade de acessar divisas voltou a favorecer as importações, o que levou o país a depender da importação até mesmo do item básico de sua cultura alimentar, o milho, o que indica quão longe a Venezuela se encontra da autossuficiência. Ao mesmo tempo, as exportações de café, cacau, crustáceos, frutas, químicos e aço foram, ao longo do tempo, desaparecendo e dando lugar à importação de alguns destes itens para a satisfação do mercado doméstico (LIRA, 2016).

Contudo, Chávez aproveitou a primeira década dos anos 2000, quando o petróleo chegou a atingir US\$ 130,00 em 2008, para realizar investimentos diretos em outros países e atuar na dinamização da integração regional, ajudando na criação da ALBA-TCP, da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e na criação das “petros” na América Latina, tal como a Petrocaribe, lançada em 2005 e por meio da qual o governo venezuelano vende petróleo aos países caribenhos com condições de pagamento preferencial.

Ainda no âmbito internacional, a principal contradição verificada no projeto chavista foi manter a preponderância dos EUA como sócio comercial, já que esse país permaneceu como seu principal comprador de petróleo cru. Ou seja, no âmbito comercial, o chavismo se manteve conservador e pragmático, destoando de sua atuação geopolítica, que foi nitidamente antiamericana.

O fato é que as atuais conjunturas regional (política) e comercial (o baixo preço do petróleo), somadas à crescente polarização que se observa no interior do país, não são promissoras para o governo Maduro. Contudo, a capacidade de resiliência do atual governo venezuelano é considerável, ainda que, como se viu em 2013, a vitória de Maduro contra Henrique Capriles tenha se dado com uma margem mínima, refletindo a recuperação por parte da oposição de um discurso com relativo apelo eleitoral.

Era evidente que a disputa por meio das vias institucionais estava garantindo à oposição uma progressiva melhora nos seus resultados e que devolviam a legitimidade interna e externa que a mesma perdera após a errática aposta nas vias extrainstitucionais entre 2002 e 2003. Ainda assim, frustrados com as derrotas sofridas dentro dos marcos democrático-liberais, a oposição venezuelana aproveitou-se da grave crise econômica e de segurança pública em que o país submergira a partir de 2013 — quando a inflação atingira 56,1%, a mais alta da América

Latina¹⁸, a escassez de alimentos e medicamentos começava a atormentar a população e as taxas de homicídios atingiam níveis históricos (81,4 homicídios para cada 100 mil habitantes, segundo dados não oficiais da ONG Observatório Venezuelano da Violência¹⁹) — e promoveu, em 2014, uma série de atividades contra o governo que encontraram apoio em parte da população, na mídia oposicionista e em Washington.

Os protestos, inicialmente estudantis, eram parte de uma estratégia que ficaria conhecida como “La Salida”, e, à medida que cresciam e passavam a integrar diversos outros grupos sociais, refletindo a profunda polarização em que o país afundava, reproduzia as tentativas de desestabilização que marcaram os anos 2002-2003 (RODRÍGUEZ, 2017). Enquanto os protestos, protagonizados especialmente pelos setores de classe média e classe média alta do país, aumentavam a visibilidade internacional da crise venezuelana, a oposição mais radical culpava ao governo pela crise econômica e de segurança e exigiam a demissão de Maduro como a única forma de resolvê-las (GAMBOA, 2016).

As imagens de repressão policial, somadas à prisão do opositor Leopoldo López sob a acusação de incitação à violência, contribuíram para o aprofundamento da crise e para o desgaste internacional da imagem do presidente recém eleito. Ao mesmo tempo, a violência por parte de grupos paramilitares direitistas e a resistência da oposição a qualquer tipo de diálogo que não envolvesse a renúncia de Maduro levaram a violência social a tal nível que médicos cubanos passaram a sofrer ataques²⁰ e diversas tentativas de assassinato contra o presidente foram denunciadas²¹. Assim, “O facto de as manifestações não serem inteiramente pacíficas e de parecerem pedir a demissão do Presidente afastou moderados e chavistas desiludidos, limitando a capacidade da comunidade internacional para intervir” (GAMBOA, 2016, p.61).

Em 2015, a oposição passou a adotar uma estratégia que mesclava a disputa pelo poder dentro dos espaços institucionais com as constantes tentativas de desestabilização a partir das ruas. Como resultado, o chavismo sofreu a sua primeira grande derrota na eleição para a Assembleia Nacional, quando a oposição havia logrado 67% dos assentos legislativos. O “antídoto” encontrado pelo governo foi a utilização do Tribunal Supremo para, por meio de mecanismos jurídicos, anular a presença oposicionista e recuperar o controle do parlamento.

¹⁸El Tiempo. *Venezuela cierra el 2013 con una inflación de 56,1%*. Disponível em: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-13327019>. Acesso em 30 de abril de 2018.

¹⁹ OVV. *Informe anual de violencia 2018*. Disponível em: <https://observatoriodeviolencia.org.ve/category/informes/>. Acesso em 10 de março de 2019.

²⁰ RT. *La oposición llama a echar de Venezuela a médicos cubanos que ayudan a los pobres*. Disponible en: <https://actualidad.rt.com/sociedad/view/133281-oposicion-venezuela-medicos-cuba-pobres>. Acesso em 26 de abril de 2018.

²¹ DW. *Nicolás Maduro: el omnipresente magnicidio*. Disponível em: <http://www.dw.com/es/nicol%C3%A1s-maduro-el-omnipresente-magnicidio/a-18278454>. Acesso em 26 de abril de 2018.

Tudo isso sob protestos da oposição, que questionava a legalidade dos atos. Contudo, apesar do controle do parlamento, a solução provocou um grande desgaste na imagem internacional do regime.

Animada com os resultados eleitorais, a oposição iniciou, em 2016, uma campanha para a realização de um novo *referendum* revogatório, desta vez contra Maduro, mas a não realização do mesmo desatou em uma nova onda de greves gerais e de protestos no país.

Em 2017, nas eleições para governadores, contrariando todas as expectativas, o chavismo conseguiu eleger 17 dos 23 governadores (perdendo nos estados de Anzoátegui, Mérida, Táchira, Nueva Esparta e Zulia), o que deu um novo fôlego ao governo de Nicolás Maduro frente a uma estupefata oposição que não conseguia capitalizar a atual crise por que passa o país.

É importante ressaltar que a oposição venezuelana nem ao menos se aproxima a um bloco homogêneo e monolítico. Conformada por atores tão diversos como podem ser os meios de comunicação privados, parte da hierarquia da Igreja Católica, parcelas do movimento estudantil universitário, setores militares, organizações patronais como a Fedecámaras e mesmo a Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV), a liderança desta frente oposicionista agrupada repousa sobre a complexa Mesa de Unidad Democrática (MUD), que conta com a Acción Democrática (AD), Primero Justicia (PJ) e Voluntad Popular (VP) entre os principais partidos. Em meio às disputas pela hegemonia interna e às dificuldades em conciliar as diversas oposições políticas, cada uma com sua própria lógica e relativa autonomia, a MUD não logrou encontrar a melhor fórmula para enfraquecer o “chavo-madurismo”. Mesmo a liderança de Henrique Capriles é constantemente questionada por opositores mais radicais, como Maria Corina Machado, Leopoldo López e Antonio Ledezma, que abertamente afirmam que a via eleitoral é inútil na Venezuela e que promovem o clima de desobediência civil que inunda o país (RODRÍGUEZ, 2017; GAMBOA, 2016). Ao contrário do que é comum em casos em que o partido e/ou coalização situacionista ocupa o poder por longos períodos e quando a oposição costuma se manter unida a despeito de outras divergências pontuais, a oposição venezuelana se fragmenta nas formas de atuação frente ao chavismo e sua possível versão renovada, o “madurismo” (LOPEZ, 2018) .

Logicamente que, sem uma unidade estratégica e sem o controle da máquina estatal do governo, criam-se mais dificuldades para a superação do chavismo na Venezuela. As tentativas de “retirada à força” do chavismo do poder por via das chamadas “guarimbas e trancazos” promovidos quase que exclusivamente pelas classes alta e média, com reduzida participação popular (LOPEZ, 2018a), com o uso da violência (bloqueio de rodovias e agressões a pessoas

que possam se parecer com possíveis chavistas, saques, vandalismos), mais do que ganhar apoio, comprometem a imagem dos opositores que, em muitos casos, não apoiaram tais atos de violência (SUTHERLAND, 2017).

Sendo assim, o governo de Maduro vem conseguindo se manter no poder, acentuando a militarização da sociedade e aumentando o controle do parlamento e do judiciário. Ainda que a suscetibilidade de instituições autônomas às decisões do governante ou a politização do judiciário estejam longe de ser exclusividades da Venezuela bolivariana, elas ressaltam as imperfeições do modelo democrático vigente no país e em diversas partes do mundo ocidental (GEHRE, 2017).

Ademais, a prolongação do conflito venezuelano há anos extrapolou as fronteiras nacionais e se converteu em uma questão regional, refletindo a divisão que fratura toda a América Latina. Exemplos disso foram a abrupta saída de Honduras da ALBA-TCP como uma das primeiras decisões do governo de fato presidido por Roberto Micheletti, imediatamente após o golpe de Estado sofrido por Manuel Zelaya em 2009 — mantendo, obviamente, a adesão do país à Petrocaribe, por meio da qual Honduras comprava petróleo venezuelano a crédito —, e a comitiva de oito senadores brasileiros, opositores ao então governo de Dilma Rousseff, que viajou à Caracas em 2015 com o fim de pressionar o presidente venezuelano quanto aos “presos políticos” e à data das eleições parlamentares (G1, 2015) com resultados meramente midiáticos e pouco práticos. Porém, serviu como forma de marcar posição contra a postura dos governos petistas que, segundo eles, eram pouco proativos frente ao déficit democrático que se avolumava na Venezuela.

A Venezuela tem aparecido, ainda, como um fantasma em diversos debates eleitorais realizados na região na última década, já que candidatos de perfil progressista são correntemente associados ao chavismo, ao bolivarianismo ou ao Socialismo do Século XXI, termos normalmente empregados com o fim de polarizar a disputa e de assustar o eleitorado.

IV. O “chavo-madurismo” manterá a sua resiliência?

O surgimento de um possível “chavo-madurismo” estaria sendo originado pela sua atuação na cooptação de um setor do chavismo, daí tal denominação. Por outro lado, alguns também acreditam que o atual mandatário venezuelano estaria conformando um “madurismo”, haja vista os esforços de criação de seu próprio partido, o Somos Venezuela. O novo partido assumiria algumas atividades de ajuda social que possuem impacto eleitoral, ao mesmo tempo em que não menciona o chavismo e nem mesmo Chávez em sua propaganda partidária.

As medidas tomadas por Maduro para manter o controle da Venezuela, como, por exemplo, inabilitando candidatos presidenciais, convocando uma Assembleia Constituinte a seu molde, encarcerando líderes opositores e buscando o apoio de setores majoritários das Forças Armadas, tiveram êxito para alguns analistas e parece ter consolidado o seu poder até o presente momento (STRAKA, 2018; LOPEZ, 2018), apesar da crise econômica que é uma das mais dramáticas da história contemporânea do país.

A inflação, para 2018, em seu quarto ano consecutivo manteve-se como uma das maiores do mundo e alcançou a marca de 1.000.000% (STRAKA, 2019). Apenas em janeiro de 2018, atingiu 95,3%²². Na esteira da inflação, seguem os dados negativos do déficit público, do risco-país e das reservas cambiais baixas. Tudo isso impactando sobre uma população que enfrenta a falta de produtos essenciais, bem como de serviços de saúde.

A própria onda imigratória para o Brasil e outros países vizinhos, que acontece desde 2017, é um sinal claro do colapso econômico e social venezuelano. Segundo Leonardo Vera (2018), entre 2015 e 2016, 10 milhões de pessoas encontravam-se abaixo da linha da pobreza. No último trimestre de 2017, o índice de preços teve uma taxa mensal de 62% e cerca de 80% dos lares encontrava-se em situação de pobreza em 2016. Segundo os dados da Encuesta Sobre Condiciones de Vida en Venezuela (Encovi), citada por Straka (2019), a extrema pobreza havia passado de 23,6% para 61% entre 2016 e 2017.

O chavismo vem conseguindo resistir, ainda assim, à atuação do modelo *regime change* (mudança de regime) patrocinado por organizações “pró-democracia” como o International Republican Institute (IRI), National Endowment for Democracy (NED), Export of Democracy, Open Society Foundation e a Freedom House, por exemplo (PENNAFORTE, 2014).

Em seu livro *A Segunda Guerra Fria*, Luiz Alberto Moniz Bandeira (2013) traz uma farta documentação sobre a participação das organizações não governamentais na atuação política interna dos países. Ademais, na ocasião do esdrúxulo golpe de Estado contra Hugo Chávez, em 2002, os indícios de cumplicidade da administração dos Estados Unidos e de diversos países da União Europeia não se limitaram ao reconhecimento imediato que concederam ao “governo de transição democrática” presidido por Pedro Carmona, presidente da Fedecámaras (DE LA ROSA, 2012). Descartar isso de qualquer análise sobre o atual momento político venezuelano seria, no mínimo, uma “impostura intelectual”.

A Venezuela de Nicolás Maduro resiste também ao isolamento político de parte dos governos da América do Sul e, especialmente, do MERCOSUL. Se, no auge do conflito com a

²²Andreína Vargas <<https://eltiempo.com.ve/2018/02/01/econometrica-la-inflacion-de-enero-alcanzo-el-953/>> El Tiempo, 01/02/2018. Acesso em março 2018.

oposição, a Venezuela contava com o respaldo de seus aliados hemisféricos — o que se traduzira na Declaração nº 51 do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), quando esse organismo manifestara sua solidariedade ao povo e ao governo da Venezuela, assim como afirmava o respeito ao princípio da não intervenção em assuntos internos dos Estados membros²³, ou como na resolução de 2014²⁴ do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da UNASUL, que respaldava os esforços do governo venezuelano no sentido de promover o diálogo com os grupos opositores —, este apoio deu lugar às acusações de violação de direitos humanos e de interrupção da ordem democrática. Em relatório apresentado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, pouco depois de que a Venezuela anunciasse o seu desejo de abandonar a OEA, afirma-se que:

En ese contexto, el Presidente Nicolás Maduro convocó a una Asamblea Nacional Constituyente (ANC), criticada tanto en su origen y conformación, como en las medidas que tomó una vez instalada, las cuales excedieron su naturaleza y violaron el principio de separación de poderes. [...] En Venezuela, quienes disienten con el Gobierno sufren serias represalias, como se constata en las frecuentes detenciones y destituciones a alcaldes, gobernadores, diputados y opositores en general. Entre los casos emblemáticos, la CIDH destaca los preocupantes actos cometidos contra Henrike Capriles, Antonio Ledezma y Leopoldo López (OEA, 2017, p.18-19).

A UNASUL, por sua vez, após ter liderado a promoção do diálogo entre o governo de Maduro e a oposição venezuelana ao longo do período em que o ex-presidente colombiano Ernesto Samper ocupou seu posto de Secretário-Geral (2014-2017), terminou por abandonar tais esforços. Submergida em sua própria crise, a instituição não conta nem ao menos com o consenso necessário para que o substituto de Samper seja designado, de maneira que perdeu a capacidade de mediar os conflitos políticos na região e assiste agora ao abandono temporário do bloco por parte de países como Brasil, Argentina, Paraguai e Chile.

No âmbito do MERCOSUL, a situação da Venezuela é ainda mais complicada. Depois de uma admissão tumultuada e que só fora possível devido à suspensão do Paraguai após o golpe parlamentar sofrido pelo então presidente Fernando Lugo, em 2012, a Venezuela assistiu a uma mudança completa na correlação de forças no Cone Sul. Maurício Macri, que venceu as eleições presidenciais de 2015 na Argentina, afirma que a Venezuela se converteu em uma ditadura e que não reconhece o resultado das eleições realizadas em maio de 2018 no país

²³ OEA. *Solidaridad y respaldo a la institucionalidad democrática, al diálogo y a la paz en la República Bolivariana de Venezuela*. Disponível em: <http://www.oas.org/consejo/sp/resoluciones/dec51.asp>. Acesso em 30 de abril de 2018.

²⁴UNASUL. Disponível em: <http://cancilleria.gob.ec/wp-content/uploads/2014/03/RESOLUCI%C3%93N-UNASUR-MARZO-2014.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2018.

vizinho, ademais de advogar em suas reuniões bilaterais a favor de novas sanções contra a Venezuela²⁵.

No Brasil, por sua vez, o *impeachment* de Dilma Rousseff levou ao poder o seu vice, Michel Temer, quem prometia a “desideologização” da diplomacia brasileira, mas indicou ao cargo de chanceler José Serra, senador do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e crítico contumaz da política externa petista. Ainda em sua posse como ministro, Serra apresentou o que seriam as novas diretrizes da política externa brasileira, afirmando que a mesma passaria a refletir os valores e interesses econômicos nacionais, não mais estando a serviço “das conveniências e preferências ideológicas de um partido político e seus aliados no exterior”²⁶.

Além disso, Aloysio Nunes (PSDB), que substituiu a José Serra como ministro de Relações Exteriores do Brasil, havia integrado a caravana de senadores que viajara à Venezuela em 2015, conforme comentado anteriormente. Assim, a Venezuela, que já havia sido suspensa do MERCOSUL em 2016 sob a acusação de descumprir com as obrigações assumidas ao aderir ao bloco em 2012, foi novamente sancionada, desta vez por “ruptura da ordem democrática”.

Outra frente que Maduro enfrenta é a da administração Donald Trump e da União Europeia (UE), que promovem sanções econômicas contra o país. Historicamente, tais sanções nunca alcançam os seus objetivos, pelo contrário, justificam o endurecimento dos regimes, oferecendo-lhes fôlego e justificativa para a “união contra o inimigo externo”. Tokatlian (2017), lembrando a Guerra Fria e a Revolução Cubana, assinala que:

América Latina ya ha conocido en los años 60, y por décadas, lo que sucedió después de la Revolución Cubana. La mezcla de plegamiento a Washington en su política de cercamiento, aislamiento y punición de La Habana y la ausencia de una mínima concertación regional pragmática para evitar cortar puentes con Fidel Castro tuvo consecuencias lamentables para la región. Se «continentalizó» definitivamente la Guerra Fría y se contribuyó a exacerbar clivajes internos en cada país como reflejo de ello; esa combinación fue nefasta para el bienestar, la estabilidad y la autonomía de las naciones latinoamericanas. Sin duda, aquella experiencia debe haber dejado algunas lecciones. (TOKATLIAN, 2017)

A ausência, até o presente momento, de uma saída negociada que permita à Venezuela superar o atual estrangulamento político e econômico em que se encontra, assim como o

²⁵ La Nación. *Mauricio Macri dijo que la Argentina “no va a reconocer” las próximas elecciones presidenciales en Venezuela*. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/2104367-mauricio-macri-dijo-que-argentina-no-va-a-reconocer-las-proximas-elecciones-presidenciales-en-venezuela>. Acesso em 30 abril 2018.

²⁶ MRE. *Discurso do ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro das Relações Exteriores*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasil-18-de-maio-de-2016>. Acesso em 30 abril 2018.

aparente desejo da comunidade internacional de trabalhar contra a resolução do conflito no país (GEHRE, 2017), são os principais problemas verificados.

A vitória nas eleições presidenciais de maio de 2018 manteve Nicolás Maduro no poder até 2025. Sua vitória ocorreu em meio a uma abstenção de 52%, enquanto que as eleições presidenciais anteriores apresentaram níveis de abstenção um pouco acima dos 20%. O opositor Henri Falcón – ex-chavista e ex-governador do estado de Lara que tem como principal proposta de campanha a dolarização da economia venezuelana –, que alcançou os 21% dos votos em meio ao boicote de boa parte da oposição Venezuelana, denunciou inúmeras irregularidades durante o pleito e não reconheceu o resultado.

Da mesma forma, o chamado Grupo de Lima²⁷ afirmou não reconhecer a legitimidade da vitória de Maduro, enquanto que Argentina e União Europeia já anunciavam o mesmo posicionamento antes mesmo de que a eleição ocorresse. Também ignorando as recomendações dos observadores internacionais – entre eles, o ex-primeiro ministro espanhol José Luis Zapatero –, os ministros de relações exteriores da Argentina, Chile, México, Austrália, Canadá e Estados Unidos aproveitaram a ocasião da reunião dos ministros do G-20 em Buenos Aires para apresentar a “Declaração sobre a Venezuela”²⁸, documento em que qualificavam a eleição presidencial venezuelana como “ilegítima” e “inconstitucional”, uma vez que foi convocada por um presidente que não tem legitimidade e por uma assembleia constituinte ilegítima. O documento recomendou, ainda, a adoção de novas sanções econômicas contra a Venezuela.

O sonho da oposição, pelo menos de parte dela, de erradicar o chavismo do cenário político talvez seja o principal obstáculo para que se encontre uma saída negociada, haja vista as tentativas de promover uma insurreição popular, em nossa opinião. No entanto, a radicalização para uma tradicional saída via *coup d'état* não parece ser a melhor opção em razão do envolvimento das três principais potências militares no conflito – EUA, Rússia e China – e do potencial desdobramento do conflito sobre os países vizinhos.

V. À Guisa de Conclusão

²⁷ Grupo criado em 08/08/2017 na capital peruana, Lima, para facilitar a resolução da crise política venezuelana com a participação da Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru.

²⁸ Reuters. *Six countries at G20 meeting reject Venezuela election result*. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-argentina-g20-venezuela/six-countries-at-g20-meeting-reject-venezuela-election-result-idUSKCN1IM211>. Acesso em 28 de maio de 2018.

É fundamental que a compreensão dos fenômenos contemporâneos na economia, na política e nas relações internacionais se dê a partir do entendimento do capitalismo como um sistema social e histórico. Ou seja, englobando aspectos não só econômicos para o entendimento do atual *momentum*, mas também a dinâmica interna de cada país e das relações entre os Estados.

Neste ponto, acreditamos que a Análise dos Sistemas-Mundo lança luzes importantes para o entendimento do enfraquecimento dos EUA em termos globais, tanto ideológico como econômico. Tal processo explicaria, em nossa opinião, o surgimento de movimentos antissistêmicos no sistema interestatal, no qual a Venezuela foi um exemplo.

A crise de 2008 demonstrou a problemática estrutural da atual crise capitalista: a ausência de um controle mínimo sobre os fluxos de capitais, apesar das inúmeras crises sistêmicas ao longo do tempo derivadas desse fator. Devemos mencionar que tal problemática já era abordada por Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi há pelos menos uma década.

A Venezuela vive atualmente uma das maiores crises de sua história. Após mais de uma década de indiscutíveis conquistas sociais, o país encontra-se mergulhado em uma profunda deterioração econômica, política e social e assiste ao recrudescimento da polarização interna. A morte de Hugo Chávez, seguida pela queda dos preços internacionais do petróleo a partir de 2013, e a escassa margem da vitória eleitoral que conduziu Nicolás Maduro à Presidência do país causaram um profundo abalo no processo político liderado pelos chavistas, abrindo espaço para que a oposição ocupasse, em 2015, a maioria na Assembleia Nacional e, ao mesmo tempo, as ruas das principais cidades do país. Do ponto de vista internacional, a Venezuela começava a sofrer com o isolamento que a nova correlação de forças na América Latina produzira e com o esgotamento de sua capacidade de influenciar nos novos arranjos políticos e econômicos da região.

Desde então, a confrontação institucional, o isolamento e o aprofundamento da crise social pareciam indicar que o governo de Maduro estaria gravemente debilitado. No entanto, o chavismo voltou a vencer o pleito eleitoral de 2018, com Maduro reelegendo-se presidente, eleição não reconhecida pela oposição e por cerca de 50 dos 194 países que integram o sistema das Nações Unidas.

A julgar pelo apoio de Maduro encontrado nas Forças Armadas²⁹, principalmente, e as manobras político-judiciais, bem como mais uma vitória eleitoral e da lenta recuperação dos

²⁹ Em seu livro *Venezuela: povo e Forças Armadas* (2007), Izaías Almada traz importantes análises para a compreensão do papel dos militares dentro do projeto bolivariano chavista. O que se verifica na atualidade é

preços do petróleo – que chegou a atingir US\$ 82,00 em setembro de 2018, maior preço desde 2014³⁰ –, o “chavo-madurismo” tenta encontrar fôlego para se manter no poder até 2025, apesar do isolamento em que se encontra e que só não é maior devido ao apoio que o governo de Maduro ainda recebe de seus sócios da ALBA-TCP e das tentativas de mediação promovidas pelo México e Uruguai. No entanto, a enorme abstenção observada nessas eleições, a decisão por parte do principal grupo opositor, a MUD, de seguir apostando em ações extra institucionais como forma de chegar ao poder – especialmente na corrosão da imagem do país no exterior – e a militância do Grupo de Lima contribuem para que o isolamento da Venezuela se aprofunde ainda mais.

O déficit democrático é outro problema importante para o Palácio Miraflores. A manipulação do sistema político e jurídico venezuelano pelo governo Maduro acentua as críticas, enfraquecendo a imagem no exterior e colaborando para as acusações de uma ditadura no país.

Um aspecto importante a levar-se em consideração é que o chavismo, como a sua oposição, não é monolítico como podem pensar os mais desavisados. E Nicolás Maduro também não é uma unanimidade no chavismo (STRAKA, 2018). As excessivas pressões internas e externas exercidas atualmente sobre o governo de Maduro têm levado ao surgimento de grupos dissidentes dentro da base governista, alguns deles inclusive flertando com a alternativa de afastamento do presidente do poder (GEHRE, 2017). Além disso, o suporte logístico e econômico oferecido pelos Estados Unidos (TERRA, 2019) e político da União Europeia à oposição (PÚBLICO, 2019), paralelamente ao suporte cubano com inteligência e ao apoio político e militar oferecidos pela Rússia ao governo de Maduro, parece materializar em território venezuelano o espírito da Guerra Fria em pleno século XXI.

É neste sentido que, como recorda Gehre (2017), a comunidade internacional e, principalmente, os países vizinhos da América do Sul, ao apoiarem as forças que pressionam por uma mudança de regime, são em grande parte responsáveis pelo agravamento da crise e pelo recrudescimento da violência na Venezuela. Da mesma forma, os países da região perdem uma oportunidade de intermediar o conflito e demonstram clara incapacidade de propor

simplesmente a colocação em prática do projeto elaborado por Hugo Chávez para a integração “Forças Armadas/povo” por Maduro.

³⁰ G1. *Preço do barril de petróleo bate US\$82, mas perde força após Trump pressionar a Opep*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/09/25/barril-de-petroleo-bate-us-82-e-renova-maxima-de-4-anos.ghtml>>. Acesso em 10 de março de 2019.

fórmulas efetivas capazes de produzir o diálogo genuíno entre os atores que protagonizam o drama da Venezuela (TOKATLIAN, 2018).

Sem dúvida alguma, o que está em jogo na Venezuela transcende as análises simplistas de uma possível dicotomia “democracia versus ditadura”. A saída para o *imbroglio* venezuelano passa inevitavelmente pela negociação com o madurismo e não por sua superação via as tradicionais fórmulas do Departamento de Estados dos EUA dos anos 1960. Pelo menos no curto prazo.

Enquanto a oposição, ou pelo menos parte dela, defender a “erradicação” do chavismo a qualquer custo e sem um projeto que seja alternativo e factível sob o ponto de vista político, a Venezuela continuará refém de sua maior crise social, econômica e política dos últimos tempos. Nesse cenário, parece evidente que qualquer alternativa que não combine uma saída política e jurídica sólida e que passe por um diálogo político efetivo fracassará em seu intento de encerrar a crise venezuelana.

VI. Referências Bibliográficas

ALARCON, Benigno. **El desafío venezolano: continuidad revolucionaria o transición democrática**. Caracas: Ediciones CEP, 2014.

ALMADA, Izaías. **Venezuela: povo e Forças Armadas**. São Paulo, Editora Caros Amigos, 2007.

ANDREANI, Fabrice. Las vías enmarañadas del autoritarismo bolivariano. **Nueva Sociedad**. Democracia e Política en América Latina, marzo-abril de 2018, N° 44-58. <<http://nuso.org/articulo/las-vias-enmaranadas-del-autoritarismo-bolivariano/>> Acesso em 15/05/2018.

ARRIGHI, Giovanni et alli. **Antisystemic movements**. New York: Verso, 1989.

BARROS, Pedro S. Governo Chávez e desenvolvimento: a política econômica em processo. Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

DE LA ROSA, Francisco J. U. La Alianza Bolivariana para las Américas – Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP): análisis de un proyecto de integración regional latinoamericana con una fuerte dimensión altermundista. **Estudios Políticos**, n.25, jan-abr. 2012, pp.131-170.

GAMBOA, Laura. Venezuela: aprofundamento do autoritarismo ou transição para a democracia? **Relações Internacionais**, n.52, dez.2016, pp.55-66.

- GEHRE, Thiago. O retrato da Venezuela no século XXI: crise e desesperança. **Mundorama**, jul-2017. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=23790>>. Acesso em 30/04/2018.
- GRASMCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileiro, 2002.
- LANDER, Edgardo. A maldição Estrativista. **Outras Palavras**. Disponível em <https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/venezuela-conflagrada-1-a-maldicao-do-extrativismo/> Acesso em 23 mar 2019.
- LIRA, Bárbara. Elementos para pensar reformas de la economía venezolana: diversificación productiva. **Friedrich Ebert Stiftung**, jan-2016. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/caracas/12625.pdf>> Acesso em 10 de março de 2019.
- LÓPEZ, Ociel A. **Chavismo: entre la renovación y las rupturas internas**. Nueva Sociedad 2018. Disponível em <<http://nuso.org/articulo/chavismo-entre-la-renovacion-y-las-rupturas-internas/>> Acesso em 31/03/2019.
- MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo, EDUSP, 2004.
- Instituto americano CEPR, Washington. Relatório “**A Economia Venezuelana nos anos de Chávez**”.
- MAYA, Margarita Lopez. La crisis del chavismo en la Venezuela actual, Estudios latinoamericanos, Nueva Época, nº 38, julio/diciembre, 2016, pp. 159-185. <<http://revistas.unam.mx/index.php/rel/article/download/57462/50990>> Acesso em 10 abril 2019.
- OEA (CIDH). **Institucionalidad democrática, Estado de derecho y derechos humanos em Venezuela – Informe de país**. Dez. 2017. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Venezuela2018-es.pdf>. Acesso em 30 /04/2018.
- OLIVEIRA, Renata P. **Velhos fundamentos, novas estratégias? Petróleo, Democracia e a Política Externa de Hugo Chávez (1999-2010)**. Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, p. 24, 2010.
- Países europeus, incluindo Portugal, reconhecem Guaidó como Presidente da Venezuela. **Público**. <<https://www.publico.pt/2019/02/04/mundo/noticia/maduro-avisa-trump-va-sair-manchado-sangue-1860578> 04/02/2019>. Acesso em 06 abril 2019.
- PENNAFORTE, Charles. Venezuela: dificuldades e contradições para a atuação antissistêmica. **Cadernos PROLAM/USP**, [S.l.], v. 13, n. 24, p. 125-136, dec. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/88785>>. Acesso em: 01 may 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2014.88785>.
- _____. **Movimentos Antissistêmicos no Sistema-Mundo Contemporâneo: o caso venezuelano**. Rio de janeiro: Cenegri Edições, 2013.

RANDIG, Ricardo W. Nadando contra a “maré vermelha”: análise da suposta tendência à esquerda da América Latina. **Meridiano 47**, v.09, n.96, jul-2008.

RODRÍGUEZ, William E. La oposición venezolana: entre elecciones y desestabilización. **UH**, n.283, jan-jun.2017, pp.29-43.

Senadores que foram à Venezuela desembarcam em Brasília. **G1**. <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/06/senadores-que-foram-venezuela-desembarcam-em-brasilia.html>> Acesso em: 24 junho 2019.

RUIZ, José B. South-South cooperation in the Chávez era in Venezuela. **Vestnik RUDN**, vol. 18nº. 3, pp. 479-496, 2018. <<http://journals.rudn.ru/international-relations/article/view/20099/16399>> Acesso em 8 abril 2019.

Rússia se diz preocupada com apoio dos EUA à oposição na Venezuela. **Terra**. <<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/russia-se-diz-preocupada-com-apoio-dos-eua-a-oposicao-na-venezuela,7d6183dc0123d04d8de7b77d438b0b0adyqv7z5.html>> 16/01/2019 Acesso 06 abril 2019.

STOESSEL, Soledad. Giro a la izquierda en la América Latina del siglo XXI. Revisitando los debates académicos. **Polis, Revista Latinoamericana**, v.13, nº 39, 2014, p. 123-149.

STRAKA, Tomás . ¿Hasta siempre, Comandante? **Nueva Sociedad**. Marzo 2018. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/hasta-siempre-comandante-straka/>> Acesso em 10/05/2018.

SUTHERLAND, Manuel . Venezuela sin fondo... y sin alternativas. **Nueva Sociedad**. Diciembre 2017. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/venezuela-sin-fondo-y-sin-alternativas/>> Acesso 12/04/2018.

TOKATLIAN, Juan G. América Latina frente a Venezuela. **Nueva Sociedad**. Agosto 2017. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/america-latina-frente-venezuela/>> Acesso em 05/04/2018.

_____. Cómo lidiar con Venezuela? **Nueva Sociedad**, jan-2019. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/venezuela-maduro-colombia-crisis/>>.

Acesso em 19/01/2019. VERA, Leonardo. ¿Cómo explicar la catástrofe económica venezolana? **Revista Nueva Sociedad**, n.274, marzo-abril de 2018, pp. 83-96. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/5.TC_Vera_274.pdf> Acesso em 15/06/2018.

VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. **Estudios Avanzados**, v.19, n.55, 2005, pp.153-172.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Declínio do Poder Americano**. Rio de Janeiro, Contraponto, p. 266, 2004.

Recebido em: agosto/2018.

Aprovado em: abril/2019.